

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.796 - SP (2018/0331753-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
SUSCITANTE : CARVAJAL INFORMACAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA - SP085277
DEBORA LESSA DA SILVA ALCARAZ - SP318941
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA 22ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS
INTERES. : LAURENTINA FERREIRA BICA

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO EMPRESARIAL. EXECUÇÃO. GRUPO ECONÔMICO. SÚMULA 480 DO STJ. CONFLITO. NÃO OCORRÊNCIA.

1 - O processamento de execução trabalhista sobre bens de outras empresas decorrentes de reconhecimento de grupo econômico, ou de bens dos sócios da empresa em recuperação judicial/falência, os quais não estejam abrangidos para o cumprimento do plano de recuperação/pagamento de credores, não invade a esfera de competência do juízo cível, por inexistir dois juízos distintos a decidir sobre o mesmo patrimônio.

2 - Conflito não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por CARVAJAL INFORMACAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP e do JUÍZO DA 22ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS.

Ação em trâmite no Juízo da Vara Cível: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho: reclamatória trabalhista, em fase de execução.

Conflito de competência: alegam que somente o Juízo Universal possui competência para praticar atos constitutivos em face de empresa em

recuperação judicial e/ou falência.

Pedido liminar: foi indeferido às fls. 148/149.

Informações dos Juízos Suscitados: O Juízo laboral informou que, ao tomar conhecimento da recuperação judicial da executada, redirecionou a execução para outras empresas em face do reconhecimento de grupo econômico. O Juízo universal não prestou informações, conforme certidão de fl.169, e-STJ.

Parecer do MPF: o i. Subprocurador-Geral da República, Maurício Vieira Bracks, opina pelo não conhecimento do conflito.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

Depreende-se dos documentos colacionados aos autos que o processo de recuperação judicial da empresa suscitante está em regular andamento perante o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP.

Como é sabido, a jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Por outro lado, é preciso destacar que a jurisprudência da Segunda Seção do STJ é pacífica no sentido de que a justiça do trabalho, no âmbito da legislação específica, possui competência para desconsiderar a personalidade jurídica, declarar a existência de grupo econômico e redirecionar a execução em face de empresa a ele pertencente (AgInt no CC 144.788/RJ, Segunda Seção, DJe 19/12/2016).

Assim, como salientado na decisão proferida pelo Juízo da Vara do Trabalho não houve constrição ao patrimônio da empresa em recuperação judicial, mas tão somente redirecionamento da execução às empresas

pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Na hipótese, portanto, ausente decisão de juízos distintos sobre o patrimônio da empresa recuperanda, o conflito não deve ser acolhido, nos termos da Súmula 480 do STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

